



SUPLEMENTO ESPECIAL

pt notícias

SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

UMA BRASIL

PARA

OS

BRASILEIROS

TESES PARA A ELABORAÇÃO DO PROGRAMA
DEMOCRÁTICO POPULAR BRASIL - 1998

*Diagnóstico, pressupostos e principais eixos
programáticos para um novo modelo de
desenvolvimento*

As notas que seguem - resultado do esforço conjunto de uma Comissão integrada pelos quatro partidos que conformam o campo democrático e popular - são uma contribuição para a elaboração de um ante-projeto de *Plataforma comum das oposições* para as eleições de 1998.

A constituição dessa Comissão foi decidida pelos presidentes do Partido Comunista do Brasil, do Partido Democrático Trabalhista, do Partido Socialista Brasileiro e do Partido dos Trabalhadores.

Eles coincidiram que a unidade das oposições passa pelo estabelecimento de uma identidade programática que, respeitando os Programas de cada organização, crie, no entanto, uma base de atuação comum.

O documento é um subsídio, devendo ser submetido a cada um dos partidos, que decidirão sobre seu conteúdo e forma final.

A Comissão buscou elaborar uma proposta breve e abrangente tentando combinar clareza com rigor analítico e, sobretudo, **credibilidade**.

Tratou-se de evitar um diagnóstico convencional do quadro político brasileiro seguido de uma mera lista de reivindicações setoriais.

Para fugir à mesmice de muitos textos programáticos é necessário formular uma clara e contundente denúncia dos perigos que ameaçam o presente e o futuro do país. Mas, sobretudo, é preciso enfatizar a necessidade de

construir um **Projeto de Brasil**, coerente com os interesses legítimos que representa, sólido do ponto de vista intelectual e político e com forte capacidade de mobilização.

A **Plataforma das Oposições** em 1998 valerá pela consistência de suas análises, pela clareza e credibilidade das soluções propostas e por sua capacidade de interpelar corações e mentes de milhões de brasileiros.

Para que isso ocorra é necessário, ademais do diagnóstico do atual quadro brasileiro e do enunciado dos principais pontos programáticos, explicitar os *pressupostos* da Plataforma.

Eles apontam para a necessidade de romper com o atual modelo econômico, de inspiração basicamente neoliberal, e de construir uma alternativa de crescimento sustentado, solidário e soberano que ataque frontalmente os problemas da desigualdade e da exclusão no país.

Ao enunciar nossos pressupostos estamos ao mesmo tempo rejeitando o *"pensamento único"* que pretende estabelecer como inevitáveis as políticas de ajuste neoliberal hoje em curso.

Para construir sua utopia conservadora o neoliberalismo não hesita em manipular conceitos como os de "modernização", "globalização" e até mesmo "reformas", que têm servido, no entanto, para justificar políticas reacionárias responsáveis pela deterioração cres-

cente da situação social do país.

O amplo debate da proposta programática do campo democrático e popular tem de converter-se em um movimento de renovação de nossa cultura política que provoque a reversão da hegemonia das idéias conservadoras ainda imperante.

É esse movimento que dará credibilidade a nossas propostas, mostrando claramente quais as forças sociais e políticas que pretendemos mobilizar para governar o Brasil e como serão redistribuídos os sacrifícios no país.

Na atual etapa da elaboração programática, a Comissão centrou-se nas questões substantivas sem ater-se na forma de apresentação das propostas, o que deverá ser enfrentado nas versões posteriores, quando houver consenso sobre os conteúdos.

É fundamental que seja preparado uma versão didática dessa Plataforma, reunindo os pontos programáticos essenciais, detalhando seu impacto social e mostrando os instrumentos econômicos, políticos e jurídicos para alcançá-los.

Posteriormente, os grandes itens da Plataforma deverão ser discutidos, aprofundados, modificados e detalhados com especialistas, técnicos, lideranças sindicais e populares e outras expressões da sociedade civil.

Daí sairá um efetivo Programa de Governo.

I - DIAGNÓSTICO

1. A cena brasileira desse final de século se desenvolve em um quadro mundial marcado por uma aceleração da internacionalização do capital.

As empresas transnacionais, que impulsionam um novo paradigma científico-tecnológico de produção, aumentam seu peso na economia mundial sendo responsáveis pela maior parte do comércio internacional.

2. O capital financeiro internacional se autonomiza crescentemente em relação aos capitais produtivos. Mobiliza mais de US\$ 1 trilhão ao dia e não está subordinado a nenhum mecanismo internacional de regulação, embora sob influência da política monetária norte-americana e de diretrizes gestadas pelo Grupo dos sete países mais ricos do mundo (G7).

Ele tem um imenso potencial desestabilizador das economias nacionais, movimentando-se pelo mundo através de sistemas interligados, que funcionam 24 horas por dia, orientado pela lógica da especulação.

3. Todos esse fenômenos produzem forte concentração de renda e de capital. Menos de 400 magnatas possuem hoje no mundo mais riqueza do que 2,5 bilhões de pessoas juntas.

Os países da periferia do sistema capitalista estão submetidos a novas formas de dependência financeira e tecnológico-produtiva.

4. Tudo isso acarreta uma enorme concentração de poder em uns poucos países hegemônicos e uma perda de autonomia dos demais, em particular dos dependentes e periféricos. Os mecanismos decisórios nacionais estão cada vez mais subordinados à finança e aos grupos transnacionais ou a organismos internacionais onde as potências hegemônicas, em particular os Estados Unidos, têm peso decisivo, como no FMI, no Banco Mundial e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

5. O governo Fernando Henrique, na esteira do processo iniciado por Collor de Mello, representa o aprofundamento da inserção subordinada do Brasil nessa perversa (des)ordem mundial.

Trata-se de um neoliberalismo tardio, frustrado até então pela ação dos trabalhadores e de outros setores da sociedade brasileira, que impediram as tentativas anteriores de ajuste, sobretudo afastando Collor do governo.

Ao tentar superar o desenvolvimentismo em crise, o projeto FHC revela-se inconsistente en-

quanto nova proposta para o país.

Mas, por ser tardio, o neoliberalismo chega ao Brasil quando são visíveis seus limites em outros pontos do mundo.

Há sinais de seu esgotamento e começam a aparecer alternativas.

6. Há três anos o Brasil vive uma situação de estabilidade monetária.

No entanto, a redução da inflação aos níveis atuais tem representado, pelo modo como foi obtida, um alto custo econômico, social e político ao país e ao povo brasileiro.

A política de sobrevalorização cambial, de taxas de juros elevadíssimas, de arrocho salarial e de abertura comercial selvagem, sem salvaguardas que protejam a economia nacional, pode ter estabilizado, mesmo que artificial e temporariamente, a moeda, mas tem contribuído decisivamente para desestruturar a produção nacional e desestabilizar socialmente o país.

O crescimento econômico tem sido medíocre - aquém das necessidades e das potencialidades do país - ao mesmo tempo em que a tendência à estagnação mostra-se uma ameaça concreta.

Em nome da estabilidade, o povo brasileiro vem perdendo muitas de suas parcas conquistas sociais. O desemprego e o sub-emprego alastram-se como epidemias esgarçando ainda mais o já frágil tecido social.

O crescimento de um autoritarismo político mal-disfarçado é que tem dado respaldo a essa política. Alia-se a isso, uma sucessão de escândalos políticos e econômicos: a compra de votos no Congresso Nacional para garantir a reeleição, o SIVAM, a "Pasta Rosa", o PROER, dentre outros.

7. O governo FHC aprofundou nosso caráter de nação dependente. Sua política econômica nos tornou mais vulneráveis a ameaças de desastres internacionais. O tipo de "estabilidade" que persegue depende do crescimento brutal das importações e do ingresso massivo de capitais estrangeiros, majoritariamente para fins meramente especulativos ou para a aquisição, a preços vis, do patrimônio público ou privado nacional. Tornamo-nos reféns dos especuladores internacionais.

8. Essa política econômica desarticulou o sistema produtivo nacional. Setores como os têxteis, auto-peças, calçados, bens de capital, dentre outros, foram duramente penalizados.

Setecentos e cinquenta mil postos de trabalho industrial desapareceram em três anos. Na agricultura, culturas como as do cacau e do algodão foram arruinadas. Quatrocentos e cinquenta mil famílias a mais ficaram desempregadas.

A ausência de políticas industrial e agrícola agrava a situação atual e compromete o futuro do país.

As elites abandonaram a política de substituição de importações pela **de** substituição **por** importações.

9. Essa política econômica vem desequilibrando gravemente as transações com o exterior. Estima-se que o déficit comercial em 1997 ultrapasse os US\$ 10 bilhões, enquanto que o saldo negativo do balanço de pagamentos poderá atingir US\$ 34 bilhões.

É uma situação que choca com as bases de sustentação do Real, que está ancorado no Dólar, e exige que o país acumule reservas cambiais a qualquer custo. O Brasil fica dependente de um grande afluxo de capitais estrangeiros para financiar seus déficits externos e garantir a estabilidade, o que escapa totalmente de seu controle. Qualquer decisão dos detentores desses capitais - bancos internacionais, corretoras, fundos de investimento ou de pensão, etc - no sentido de diminuir, paralisar ou mesmo retirar os montantes aplicados no Brasil, será catastrófica, gerando grande instabilidade econômica, forte desvalorização monetária e crise cambial, como ocorreu no México (1994) e recentemente em alguns países asiáticos, em que pesem estarem eles seguindo o receituário do FMI e do BIRD.

10. A política monetária do Governo impõe um crescimento acelerado das dívidas interna e externa, fragilizando as finanças públicas e consumindo recursos que poderiam ser destinados para investimentos e gastos sociais.

Para saldar seus compromissos com os especuladores nacionais e internacionais, o Governo vende o patrimônio da nação, construído com o sacrifício do povo brasileiro por décadas. Mas essa é uma solução que logo se esgota. No que vai deste ano, o Governo pagou, somente como serviço da dívida externa, o equivalente à venda de dez Vale do Rio Doce.

As privatizações de empresas estratégicas - como no citado caso da **Vale**, do setor energético e de telecomunicação - estão sendo feitas sem política industrial ou regulatória, na maioria dos casos a preços vis e frequentemente subsidiados

nacionais, corretoras, fundos de investimento ou de pensão, etc - no sentido de diminuir, paralisar ou mesmo retirar os montantes aplicados no Brasil, será catastrófica, gerando grande instabilidade econômica, forte desvalorização monetária e crise cambial, como ocorreu no México (1994) e recentemente em alguns países asiáticos, em que pesem estarem eles seguindo o receituário do FMI e do BIRD.

10. A política monetária do Governo impõe um crescimento acelerado das dívidas interna e externa, fragilizando as finanças públicas e consumindo recursos que poderiam ser destinados para investimentos e gastos sociais.

Para saldar seus compromissos com os especuladores nacionais e internacionais, o Governo vende o patrimônio da nação, construído com o sacrifício do povo brasileiro por décadas. Mas essa é uma solução que logo se esgota. No que vai deste ano, o Governo pagou, somente como serviço da dívida externa, o equivalente à venda de dez Vale do Rio Doce.

As privatizações de empresas estratégicas - como no citado caso da Vale, do setor energético e de telecomunicação - estão sendo feitas sem política industrial ou regulatória, na maioria dos casos a preços vis e frequentemente subsidiados pelo próprio governo. Os favores que o capital estrangeiro tem recebido do governo contrastam com o abandono de nossos empresários, especialmente os pequenos e médios.

11. A política econômica do Governo é uma perigosa aposta. Ela agravou situações sociais já críticas. O desemprego cresce e a qualidade do emprego se deteriora. Os salários, sobretudo o mínimo, são insuportavelmente baixos e os funcionários públicos têm seus vencimentos congelados há mais de mil dias. A situação dos aposentados é dramática. Agrava-se a condição de vida das crianças e dos adolescentes que se vêm privados cada vez mais de acesso à escola e são empurrados para as ruas pela crescente desagregação familiar provocada pela crise social e pelo desemprego.

A aventura da política econômica proporciona "segurança" para os ganhos do capital enquanto a sociedade vive mergulhada na incerteza e na insegurança.

12. A lógica neoliberal que orienta a ação do Governo vem desestruando o Estado brasileiro, o que provoca o abandono de políticas públicas. A Reforma Agrária não avança. O descalabro na saúde é total, com o reaparecimento de epidemias e endemias que pareciam definitivamente erradicadas, como o sarampo, dengue, hanseníase, tuberculose e malária. Persiste a degradação do sistema educacional e até as políti-

cas compensatórias da Comunidade Solidária não são implementadas.

13. **Em resumo: trata-se de um governo dos (e para os) ricos**, como ilustram os favores dispensados aos grandes grupos, especialmente aos bancos, protegidos pelo escandaloso PROER.

14. Para poder aplicar essa política econômica o Governo centraliza o poder no Presidente e nos tecnocratas que o assessoram. O Congresso Nacional passa a ter uma função quase que homologatória e o Executivo logra majorias a partir do aliciamento fisiológico de votos. O Governo FHC em menos de três anos usou mais Medidas Provisórias do que todos os presidentes militares utilizaram os famigerados Decretos-lei. A votação da emenda da reeleição e as propostas do Governo sobre a nova Lei Eleitoral são a culminação desse processo de presidencialismo imperial.

15. A proposta de reforma constitucional do Governo faz parte de um processo mais amplo de ataque à Constituição com o intuito de viabilizar o projeto neoliberal de desconstrução do Estado e da Nação.

Movimentos sociais que se insurgem contra esse estado de coisas ou denunciam as injustiças sociais têm sido alvo de violência e repressão. A impunidade protege os autores de chacinas e massacres, como ilustram os exemplos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

16. A política econômica governamental ameaça o pacto federativo. Os estados estão totalmente submetidos à União. A política de juros altos, a "Lei Kandir" e a prorrogação do FEF contribuíram para o agravamento da dependência financeira de estados e municípios.

17. Essa política tem um forte componente autoritário. O presidente é incapaz de conviver com a crítica e a ação das oposições. Soberbo e arrogante, desqualifica, discrimina, quando não tenta criminalizar, partidos de oposição, bem como sindicatos e outros movimentos sociais.

18. A política externa é marcada por um crescente alinhamento com os Estados Unidos, temperado por algumas manifestações de independência como no debate sobre a ALCA. A rendição do Governo diante dos USA para aprovar a Lei de Patentes, bem como a incapacidade de enfrentar e reverter o escandaloso protecionismo norteamericano com relação a produtos importantes na pauta de exportações do Brasil, a exemplo da sobretaxa para o aço e o suco de laranjas, demonstram a opção por uma inserção subordinada.

19. As recentes eleições na Inglaterra, França e México, somadas a mobilizações sociais e pronunciamentos de importantes intelectuais contra o neoliberalismo no mundo mostram que a onda conservadora está perdendo seu ímpeto.

Internamente aumenta a insatisfação entre diversos setores da sociedade, inclusive entre empresários, com os rumos desastrosos impostos ao país pelo neoliberalismo. Criam-se condições para superar o "pensamento único" e para a construção de novas alternativas.

20. Essa nova realidade fornece as bases para ampliação da frente oposicionista. Tendo os partidos de esquerda como seu núcleo de coesão programática e social, essa frente pode e deve incorporar outros setores democráticos e progressistas que estejam contra a política neoliberal de FHC e que se disponha a articular-se em torno de uma plataforma democrática e popular capaz de relançar no país um desenvolvimento econômico acelerado e sustentado de combate às desigualdades e à exclusão social e de defesa de uma presença soberana do Brasil no mundo.

Um projeto impulsionado por um núcleo de forças de esquerda, democráticas e populares tem as credenciais éticas e políticas para realizar a transformação estrutural que o país necessita.

Não temos compromissos com o *status quo*. Pelo contrário, possuímos os meios, a vontade e a capacidade de decisão para realizar um vasto programa de reformas.

II - OS PRESSUPOSTOS

21. O Brasil reúne condições objetivas para definir e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado, solidário e soberano que promova o crescimento acelerado, a justiça social e combata as desigualdades, ao mesmo tempo em que assegure nossa presença soberana no mundo.

Somos um país de dimensões continentais, com abundantes recursos naturais, com grande potencial agrícola e extenso parque industrial o que configura uma economia complexa.

Nossos quase 160 milhões de habitantes expressam uma nação que tem muito a oferecer à comunidade internacional além de conformar um dos maiores mercados do mundo.

A despeito da situação de abandono em que se encontram, sobretudo no que se refere à educação e à saúde, os brasileiros têm-se revelado uma força de trabalho qualificada, com espírito de criatividade invejável.

O Brasil tem recursos para alimentar, vestir, educar e abrigar o seu povo. Nossa formação histórica deu nascimento a um povo generoso, soli-

dário e criativo capaz de resistir às elites egoístas e predatórias e manter a esperança e a capacidade de transformar.

O país dispõe de importantes centros de produção intelectual e a força de suas manifestações culturais é internacionalmente reconhecida.

22. É necessário uma nova política e uma nova aliança de forças sociais e de partidos capazes de explorar esse potencial adormecido. Trata-se de articular o sentimento de mudança, a esperança e a capacidade de transformar de milhões de brasileiros - historicamente frustrados pelos constantes pactos de elites conservadoras, vorazes e predadoras da coisa pública - e de construir uma alternativa que promova uma maior igualdade social, aprofunde e radicalize a democracia, estendendo a cidadania a todos.

Queremos um Brasil para todos, governado pelas maiorias que estiveram até hoje afastadas das instâncias de exercício do poder político. Queremos assegurar nossa capacidade de decidir soberanamente sobre os destinos do país.

23. Para que isso ocorra necessitamos de uma nova política econômica, sem dogmas, centrada na promoção da justiça social.

É possível e necessária a retomada de um desenvolvimento nacional acelerado, fora da lógica especulativa do mercado financeiro internacional, apoiada basicamente na poupança interna, e contando complementarmente com investimentos externos, tendo como prioridade o setor produtivo e tecnológico, com a geração de empregos e aumento da participação dos salários na renda nacional.

É falacioso dizer que não possuímos recursos para investimentos. Basta ver os valiosos aportes que o BNDES, o Banco do Brasil e os governos estaduais dão para a implantação e/ou expansão de grandes empresas, sobretudo estrangeiras, além do financiamento das privatizações.

24. O aprofundamento e radicalização da democracia e a ampliação da cidadania são condições para nosso desenvolvimento e equilíbrio econômico e social, liberando as forças vivas da nação. Ele exige o respeito a uma sociedade complexa, tendo em vista nossa diversidade étnica, de gênero, de idade ou cultural.

25. O Estado democratizado, fortalecido e socialmente controlado é estratégico para a construção de um Projeto Nacional. Ele deve assumir um papel orientador e funcionar como alavanca da retomada do processo de desenvolvimento econômico com igualdade e justiça social.

26. O Brasil deve assegurar uma presença soberana no mundo que nos permita o máximo de

autonomia no mercado mundial. Além desses objetivos, buscaremos alterar a atual correlação de forças internacional propugnando uma nova ordem de paz, desenvolvimento, justiça e cooperação entre nações e povos.

27. Uma presença soberana no mundo supõe o reconhecimento e a valorização da diversidade social e cultural de povos e nações, ao mesmo tempo em que defendemos nossa identidade nacional.

A abertura de um novo ciclo histórico no país deve ser marcada por um intenso processo de criatividade política e econômica, por uma renovação cultural e ética que tenha forte apelo para os jovens e todos os setores marginalizados. Trata-se de restabelecer a credibilidade da (e na) ação política e a auto-estima dos brasileiros.

28. A conquista de um Governo Democrático e Popular, produto de uma ampla frente articulada em torno de uma Plataforma alternativa ao neoliberalismo, terá como base social os trabalhadores e a maioria da população e como seu núcleo mais consistente os partidos de esquerda.

29. O pressuposto maior da Plataforma Democrático e Popular é a intensa mobilização da sociedade para cumpri-la e aprofundá-la.

Sem isso ela será apenas um pedaço de papel em mãos de um Governo frágil e sem capacidade transformadora.

III - EIXOS E PONTOS PROGRAMÁTICOS

30. A proposta de Plataforma Democrático e Popular 1998 se estrutura em torno de três grandes eixos:

* Um novo modelo de desenvolvimento - *sustentável, soberano e solidário* - capaz de promover um crescimento acelerado e a justiça social, garantir o emprego e elevar a participação dos salários na renda nacional e os padrões de vida da população e combater as desigualdades sociais e regionais, o que se alcançará através de uma nova política econômica.

** O aprofundamento e radicalização da democracia com ampliação da cidadania e especial ênfase nos direitos sociais e trabalhistas, a democratização e fortalecimento do Estado a partir de seu controle social, tornando-o capaz de implementar políticas públicas voltadas especialmente para a criança, a saúde e a educação.

*** A presença soberana do Brasil no mun-

do, redefinindo a política externa em função dos interesses nacionais e da busca de uma nova ordem mundial de paz e justiça.

DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO, SUSTENTÁVEL, SOBERANO E A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

[objetivos gerais]

31. A nova política econômica terá como objetivo lograr um padrão de desenvolvimento, distinto do exaurido modelo anterior e, evidentemente, oposto ao neoliberal.

Buscamos um crescimento econômico acelerado e sustentado, com distribuição de renda, capaz de promover a diminuição das desigualdades e a inclusão de milhões de brasileiros e brasileiras hoje marginalizados da produção, do consumo e da cidadania.

Em primeiro lugar, necessitamos recuperar a capacidade de poupança e de investimento do país elevando-a para um patamar capaz de assegurar o crescimento acelerado e sustentado, como já tivemos no passado com taxas médias próximas a 7% ao ano.

Esse nível de crescimento é fundamental para incorporar os quase 2 milhões de jovens que ingressam anualmente no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, permitirá um aumento da renda *per capita* superior a 3% ao ano, fundamental para combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida da população.

Porém, como o país possui um dos piores padrões de distribuição de renda de toda a economia internacional, o crescimento econômico acelerado é necessário mas não suficiente para o combate à pobreza.

No Brasil, 40% da população participam com apenas 7% da renda nacional. Apenas com o crescimento da renda *per capita*, no nível de 3% ao ano, seriam necessários 20 anos para erradicar a pobreza absoluta no país. Não podemos esperar tanto tempo.

Por essa razão nosso programa tem o compromisso fundamental de distribuir renda, riqueza, poder e cultura no Brasil.

Distribuir para crescer e crescer distribuindo. Nosso objetivo é erradicar a pobreza absoluta.

[as reformas estruturais]

32. Para equacionar esse conjunto de problemas, o novo modelo de desenvolvimento tem de promover grandes reformas estruturais: *de reestruturação produtiva, agrária e industrial, a urbana e a das políticas sociais*.

Essas reformas estarão orientadas para rearticular a relação entre a estrutura produtiva e a distribuição propiciando a constituição de um

amplo mercado de produtos básicos e a ampliação da oferta de serviços públicos.

[a estabilidade da moeda]

33. Esse novo padrão de crescimento é a garantia da estabilidade da moeda.

É preciso conciliar estabilidade com a retomada do desenvolvimento, a criação de empregos e a melhoria da distribuição da renda.

A recuperação da moeda em novas bases, referenciando-a não a divisas em Dólar fornecidas por empréstimos ou aplicações especulativas, mas a uma forte e saudável economia nacional, é fundamental para se construir uma efetiva estabilidade monetária e se recuperar a capacidade interna de financiamento dos investimentos que se pretende realizar.

Isso permitirá que o Estado tenha condições de fazer dívidas em moeda nacional, a taxas suportáveis, sem atrelamento cambial e sem transformar a dívida pública - como ocorre hoje - num mecanismo descontrolado de transferência de riqueza para o setor financeiro e de crescimento da dívida externa, sem nenhuma vantagem para o país e para a sociedade.

Significa, do mesmo modo, terminar com o odioso privilégio dos poucos que podem atualmente se endividar em Dólar recorrendo ao mercado internacional de capitais, enquanto que a grande maioria das empresas e das pessoas se endivida em Real, pagando taxas absurdas, em virtude da política do Governo de manter taxas internas de juros num patamar elevadíssimo para atrair capitais estrangeiros.

Somente essa nova política econômica tem condições de romper com o monetarismo socialmente excludente e com o populismo irresponsável.

No centro de nossas preocupações está a necessidade de definir condições sólidas e estáveis de financiar o desenvolvimento nacional.

[mercado de bens de consumo de massas e oferta de serviços públicos]

34. Esse novo modelo de desenvolvimento terá como fulcro a constituição de um amplo mercado de bens de consumo de massas e a ampliação da oferta de serviços públicos.

Além do estímulo à poupança nacional, o Governo democrático e popular reorientará a aplicação dos fundos de poupança compulsória dos trabalhadores - FAT e FGTS, por exemplo - em direção a uma reestruturação produtiva capaz de gerar empregos e distribuir renda.

É necessária uma forte transformação nas prioridades nacionais, sobretudo daquelas que as elites até hoje impuseram em matéria de produção, consumo, serviços, financiamentos. Isso significará

também a desarticulação da ciranda financeira e a reorientação do sistema para a função social e produtiva do crédito.

[reestruturação produtiva, poupança & Estado]

35. Impõe-se uma reestruturação produtiva, o que exige redefinição do sistema financeiro como mediador entre as poupanças pública e privada e os setores produtivos.

É necessário um novo Estado, com atribuições ampliadas, capaz formular propostas de ação estratégica, de executar políticas ativas para dirigir as poupanças externa e interna para a industrialização e a agricultura, o aumento da produtividade e da produção, redirecionando esta prioritariamente para a distribuição da renda e geração de empregos.

[financiamento das contas externas]

36. A nova política econômica implicará em uma estratégia de financiamento das contas externas que exige sólida política de fomento das exportações, proteção da produção nacional em relação à concorrência mundial predatória, renegociação dos compromissos financeiros internacionais e fim da política insana de acumulação estéril de divisas.

A estabilidade da moeda não deverá ser resultante do aumento explosivo das importações e da contenção da demanda, como ocorre hoje, mas do aumento da oferta, do dinamismo e prosperidade da economia.

O Brasil tem de aumentar sua participação no comércio mundial, qualificando-se como um parceiro que ambiciona ser vanguarda produtiva e tecnológica.

[obstáculos à nova política econômica]

37. Essa nova política tem como principais obstáculos a iníqua distribuição de renda, a baixa escolaridade do povo, a estrutura agrária socialmente injusta e economicamente irracional, a crise fiscal do Estado brasileiro, a ameaça de estrangulamento cambial pela sangria das contas externas, em especial pelo serviço da dívida externa ou pela fuga de capitais estrangeiros.

[a distribuição de renda]

38. A iníqua distribuição de renda tem de ser enfrentada com crescimento econômico e a adoção de políticas ativas nos planos da saúde, educação, habitação e saneamento, mas principalmente de emprego e, obviamente, de Reforma Agrária.

Políticas sociais orientadas para a resolução de situações emergenciais serão necessariamente ar-

ticuladas com as reformas estruturais, para que condicionem uma nova política de rendas no país.

[política de emprego e crescimento do salário]

39. As políticas industriais e agrícolas do Governo devem contemplar a expansão do emprego e a valorização dos salários, especialmente dos mais baixos, fazendo com que estes tenham uma participação crescente na renda nacional.

A expansão do emprego não é apenas função do crescimento mas de escolhas tecnológicas precisas e de uma política de *redução substancial da jornada de trabalho*.

Essa medida poderá ser acompanhada de negociações internacionais para concertar uma equalização das relações de trabalho em todo o mundo.

Em todos os casos serão necessárias políticas ativas de emprego.

[previdência social solidária e renda mínima]

40. Uma política de redistribuição de renda passa igualmente pela reforma da Previdência e pela generalização dos programas de renda mínima, especialmente os de bolsa-escola. Mas ela exige sobretudo o enfrentamento radical dos problemas da educação e da saúde no país e a reforma agrária nas terras improdutivas.

41. O sistema previdenciário deve permanecer público e aberto a todos os cidadãos, garantindo-se o regime de repartição para benefícios até o atual teto, como forma máxima de expressão da solidariedade social e entre as gerações. Em caráter complementar deve-se criar fundos, de caráter público e privado, de adesão voluntária, com autonomia, mas submetidos a regras rígidas de gestão financeira e a cumprimento de objetivos de rentabilidade.

Hoje a Previdência complementar atinge cerca de 2,9 milhões de trabalhadores e representa uma poupança superior a R\$ 80 bilhões.

Reformar a Previdência Social, assegurando uma Previdência pública universal, removendo todo e qualquer privilégio, acompanhada de novos mecanismos de capitalização individual, público ou privado, representará um poderoso mecanismo de poupança interna de longo prazo.

42. Ao contrário do que afirmam os neoliberais, a Previdência Social no Brasil detém uma condição demográfica privilegiada para o financiamento de benefícios futuros.

A crise de financiamento da Previdência tem por raiz a baixa absorção de assalariados na economia, a intensa precarização das relações de tra-

balho e a tolerância governamental em relação à fraudes e sonegação. Hoje cerca de metade da população economicamente ativa não contribui para o sistema oficial, Outro fator é o anacronismo da contribuição do empregador recair sobre o valor dos salários pagos, da mesma forma que encargos fiscais e parafiscais, que desestimulam o emprego formal.

43. Essa reforma enfatizará o aumento da arrecadação pela ampliação da base contributiva. As atuais contribuições do empregador seriam reformadas, mantendo-se uma contribuição mínima sobre o valor da folha salarial (inferior à do próprio assalariado) e as demais contribuições seriam fundidas, tendo por base de cálculo o faturamento, o lucro líquido ou o valor adicionado, ou uma combinação delas. A adoção de base de cálculo típica de outros tributos, potencializaria a fiscalização, desestimulando à sonegação. Outra vantagem seria o alívio dos custos que incidem sobre atividades intensivas de mão de obra, incentivando o emprego.

[política sociais são direitos]

44. As políticas de educação - da mesma forma que as de habitação, saneamento e transporte de massas - não podem ser associadas exclusivamente à melhoria do desempenho econômico da produção e dos serviços.

O acesso a essas políticas são *direitos* e, portanto, *fatores de cidadania*.

[educação para todos e de qualidade]

45. A educação é o problema estrutural mais grave do Brasil. Ele não será resolvido com medidas superficiais e cosméticas como as difundidas pela propaganda oficial do Governo.

Uma solução radical dos problemas da educação tem como condições necessárias a valorização salarial de professores, sua qualificação profissional e o estabelecimento do horário integral nas escolas.

A educação é um compromisso maior do governo democrático e popular para elevar o ser humano e propiciar-lhe condições plenas para o exercício da cidadania, o conhecimento de seus direitos e dos instrumentos para reivindicar. É também a melhor forma de preparo para o trabalho com oportunidades de melhores ganhos, gerando o aprimoramento da produção e do desenvolvimento econômico.

46. É necessário uma reorientação conjunta da atual política educacional do Governo. O país não pode investir pouco mais de 3,7% do PIB em educação, sendo apenas 1% em educação básica.

Os países avançados aplicam 5% e 3% respectivamente.

A política educacional do Governo Democrático e Popular redefinirá o processo de municipalização das escolas assegurando a contrapartida necessária de recursos federais para a educação fundamental, a educação infantil, a educação de jovens e adultos e promoverá a continuidade ao ensino médio de todos os alunos. Será democratizada a gestão da escola, assegurada a formação permanente dos professores, inovação nas práticas pedagógicas, renovação das estruturas curriculares para melhorar a qualidade do ensino.

Com a adoção da renda mínima, associada à bolsa-escola, pretendemos erradicar o analfabetismo infantil e assegurar a permanência de toda a população infantil na escola.

Os portadores de necessidades especiais serão efetivamente integrados a turmas regulares, oferecendo-se meios diversificados para a aprendizagem e encaminhando para instituições especializadas apenas os casos mais graves.

Educação é uma exigência econômica e, sobretudo, de cidadania neste final de século e será prioridade absoluta do Governo democrático e popular.

[saúde]

47. A saúde é um direito assegurado pela Constituição para todos os cidadãos, cabendo ao Estado cumprir esse preceito de nossa Carta.

O Governo democrático e popular promoverá uma mudança radical na gestão do sistema de saúde do atual Governo, responsável pelo caos do atendimento, a corrupção generalizada e o uso incorreto dos recursos.

A política de saúde dará ênfase ao atendimento integral dos cidadãos: prevenção, tratamento, cura e reabilitação, levado adiante pelas instituições de saúde ou pelos médicos de família.

Será assegurada a municipalização dos serviços de saúde com recursos transferidos automática e regularmente pelo Governo federal com fiscalização e controle social sobre sua destinação e utilização.

Será dada prioridade ao combate à mortalidade infantil, à redução da mortalidade no parto e a todos os problemas de saúde da vida reprodutiva.

Outra prioridade é o combate às epidemia e endemias, da mesma forma que às doenças crônico-degenerativas, aos acidentes - de trabalho e de trânsito - à violência, que é a principal causa de morte entre adolescentes e adultos jovens, ao câncer e à AIDS.

Uma visão integral da saúde dará importância aos problemas do saneamento básico e da preservação ambiental.

Os recursos para a saúde serão aumentados e garantida sua continuidade, rigorosa e efetiva destinação para a área, sobretudo das verbas legalmente vinculadas.

O SUS será reembolsado pelos planos de saúde privados quando estes utilizarem instalações da rede pública para atender seus pacientes.

Legislação regulatória será proposta para que os inscritos em planos e seguros de Saúde tenham seus direitos garantidos.

Todas essas políticas deverão ser acompanhadas de mecanismos de avaliação da qualidade, controle e fiscalização para assegurar o cumprimento dos direitos constitucionais da cidadania no campo da saúde.

[reforma agrária e políticas agrícolas]

48. Às vésperas de um novo milênio permanecem como questões absolutamente atuais para a sociedade brasileira a necessidade urgente de reforma agrária e de uma nova política agrícola, agro-industrial e de segurança alimentar.

A estrutura agrária iníqua e a racionalidade perversa das políticas agrícolas serão alteradas para que se modifique o perfil de renda e de poder no Brasil.

O Governo democrático e Popular - em sintonia com as Centrais Sindicais, CONTAG e o MST - acelerará o processo de desapropriações de terras improdutivas, multiplicando os assentamentos. Serão adotadas medidas de política agrícola, diferenciadas por região, tipo de cultura e da condição dos produtores permitindo viabilizar essas economias familiares.

É necessário ampliar o financiamento à produção com taxas de juros compatíveis com a atividade agrícola.

Um imposto territorial fortemente progressivo deverá arrecadar cerca de 1,5 bilhões de Reais. Esse tributo, associado a outras medidas, contribuirá para o barateamento das terras e para o uso mais massivo das áreas improdutivas, ajudando a financiar a reforma agrária.

Bancos e grandes empresas proprietárias de terras serão estimuladas a colocarem suas áreas em disponibilidade para o processo de reforma agrária.

49. Será garantida aos produtores rurais uma política de preços mínimos e medidas compensatórias - tarifárias, fiscais, de infraestrutura e de apoio tecnológico - que permita enfrentar a concorrência dos produtos importados beneficiados em seus países por subsídios.

Todas as políticas compensatórias, sobretudo as que implicam renúncias fiscais, serão públicas, transparentes, socialmente controladas e submetidas a prazos e metas de produtividade previamente estabelecidas.

A prioridade número um da nova política agrícola é aumentar a produção de alimentos, contribuindo para erradicar a fome e barateando o custo de vida. A meta de uma safra superior a 100 milhões de toneladas de grãos será perseguida.

[reforma urbana]

50. A reforma urbana, tendo em vista as dimensões dos problemas que afetam nossas metrópoles, não pode ser uma questão puramente municipal.

A democratização do solo urbano exige penalizar a especulação imobiliária, um rígido controle do Estado sobre as incorporadoras e construtoras para que não se repitam episódios como o da Encol.

Um amplo programa de moradia popular - seguindo experiências históricas exitosas para vencer a recessão dos anos 30 - deverá constituir uma Fundo Nacional de Moradia Popular e a constituição de uma agência que garanta em última instância a hipoteca do financiamento privado.

Esse programa habitacional, que deve incorporar experiências de mutirões, urbanização de favelas, auto-construção em lotes urbanizados, dentre outros, tem de ser acompanhado de um plano nacional de saneamento básico.

51. A resolução da questão urbana exige uma mudança na matriz de transporte, com ênfase nos meios de locomoção de massas. Isso terá um impacto favorável sobre o caótico (e mortífero) trânsito das cidades, sobre a matriz energética e sobre a melhoria das condições ambientais.

O enfrentamento da questão urbana, exigirá além dos programa de renda mínima, a criação de mecanismos de fomento (financiamento, assistência jurídica e gerencial) dos setores da economia dita informal.

[crédito solidário e primeiro emprego]

52. Estimular-se-á o financiamento à população de baixa renda, a exemplo do **crédito solidário**, onde os que não possuem patrimônio ou renda declarada passam a ter acesso ao financiamento, sempre dentro de uma perspectiva de envolvimento de toda a comunidade no processo.

Haverá a formação de cooperativas de produção, consumo e crédito, juntamente com mecanismos de apoio à constituição de incubadoras de empresas para ampliar a produção, o emprego e a renda.

Programas emergenciais para o **primeiro emprego**, à semelhança daquele adotado por Jospin, na França, e o programa de emprego para jovens de T. Blair, terão forte impacto sobre setores mais desfavorecidos, especialmente a juventude, com consideráveis

melhorias dos serviços sociais para a população.

[o financiamento do Estado e a dívida interna]

53. Diferentemente do que propugnam os neoliberais, qualquer reforma do Estado passa pelo fortalecimento deste e não por seu empobrecimento, como vem ocorrendo. Para promover o refinanciamento do Estado, permitindo que ele possa desempenhar suas novas funções econômicas e sociais, hoje totalmente comprometidas, é de fundamental importância realocar a poupança compulsória dos trabalhadores, impulsionar uma reforma tributária e alongar o perfil da dívida interna.

54. A política fiscal exige a implantação de formas de orçamento participativo, o que significa transparência e controle social do gasto público. Também supõe o aumento das receitas, através de uma reforma tributária que racionalize e simplifique a estrutura de impostos, expanda a base de arrecadação, diminuindo a evasão e sonegação fiscais.

É necessário aumentar a receita tributária e melhorar consideravelmente o aparelho de fiscalização, eliminando a fraude e a impunidade.

Contrariamente aos dogmas neoliberais, o incremento do gasto público pode criar um círculo virtuoso em que o aumento da demanda gera crescimento com distribuição. O perfil do gasto se altera na medida em que decresce a parcela dedicada ao pagamento da dívida interna - o que se obtém através do alongamento de seu perfil e redução do seu custo - e o investimento provoca o desenvolvimento, aumento da arrecadação e conseqüente fortalecimento da saúde financeira do Estado.

O atual Governo compactua com a especulação financeira. O perfil médio de vencimento da dívida mobiliária federal é de apenas 196 dias. O Governo Democrático e Popular lançará títulos de longo-prazo, com novas garantias, para aliviar as finanças públicas e contribuir para desmobilizar a ciranda financeira.

[o novo sistema tributário]

55. O novo sistema tributário deve obedecer os princípios da justiça, eficácia e preocupação com o investimento e a produção.

As alíquotas, para serem mais justas, devem obedecer o princípio da progressividade: quem ganha mais, paga mais.

Impostos sobre heranças, grandes fortunas, cigarros, bebidas e produtos conspícuos devem ser priorizados.

A eficácia tributária decorre em muito de im-

postos resistentes à sonegação, como os que incidem sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e IPMF.

Para beneficiar a produção e o investimento, deve-se reduzir e simplificar os impostos sobre as empresas, pois estas repassam a carga tributária para os consumidores. Uma nova estrutura tributária deve priorizar o imposto sobre bens de consumo de luxo e as rendas elevadas das pessoas físicas. Deve-se estimular a poupança e o investimento no cálculo do Imposto de Renda.

A nova configuração do setor privatizado pode sugerir a criação de um imposto especial sobre o lucro extraordinário das empresas que absorveram o setor público, como o proposto por Tony Blair na Inglaterra.

A adoção de um **Imposto Verde**, incidindo sobre situações predatórias da natureza, estimulará a adoção de políticas de desenvolvimento compatíveis com a preservação ambiental.

A consolidação de uma nova legislação tributária e o fim do sigilo bancário para o fisco contribuirá para eliminar a forte sonegação hoje existente. Da mesma forma terá grande importância a punição exemplar dos sonegadores.

[políticas cambial e monetária]

56. A reorientação das políticas cambial e monetária será o ponto mais sensível do programa e o que terá impacto mais direto na transição para um novo modelo de desenvolvimento.

Não se deve subestimar a capacidade desestabilizadora do capital financeiro nacional e internacional. Mas a nação não pode permanecer refém dos especuladores. Uma segura e madura condução da política econômica poderá atenuar as pressões externas sobretudo se se leva em conta o enorme potencial econômico do Brasil.

57. Essa política exige a superação gradual da atual sobrevalorização do Real em relação ao Dólar e as outras moedas importantes para o comércio exterior brasileiro, marcado por sua vocação multilateral. Sem o desmonte da armadilha da ancora cambial/juros elevados estaremos a mercê de um ataque especulativo contra a moeda com graves conseqüências econômicas e sociais.

O ajuste no câmbio permitirá que a taxa básica de juros seja gradualmente reduzida até atingir valores compatíveis com o mercado internacional. Com isso teremos um enorme alívio fiscal e a política de desenvolvimento, associada à potencialidade do mercado interno brasileiro, servirá para reavivar o atrativo de investimentos produtivos, diminuindo, ao mesmo tempo, a pressão sobre o meio circulante exercida pelo ingresso de divisas especulativas.

[sistema financeiro]

58. O sistema financeiro tradicional, **reestruturado**, será incentivado mediante um conjunto de medidas a reorientar suas disponibilidades - em especial os fundos compulsórios dos trabalhadores, como o FAT e FGTS - para o financiamento de longo prazo da produção, com carteiras especiais para pequenos, micros e médios empresários, **para fomentar o desenvolvimento tecnológico e gerar empregos.**

[comércio exterior e política industrial]

59. Conforme o antecipado anteriormente, uma nova política de comércio exterior deverá ser adotada. Políticas governamentais ativas estimularão não só o crescimento do volume das exportações como favorecerão a meta de exportar cada vez mais produtos com maior valor agregado e maior densidade tecnológica.

Caberá ao Ministério de Relações Exteriores, articulado com trabalhadores e empresários, uma atitude mais enérgica de defesa dos interesses comerciais do país nos foros internacionais e nas negociações bilaterais.

Será corrigida a abertura selvagem da economia. As importações serão racionalizadas, como fazem todos os países desenvolvidos, mediante medidas tarifárias, cotas e outros instrumentos, em consonância com o Mercosul e os compromissos decorrentes de nossa adesão a OMC e outros acordos bi e multilaterais.

Toda a proteção tarifária e/ou incentivo às exportações, da mesma forma que as políticas compensatórias aludidas em itens anteriores, estarão vinculadas a metas a serem cumpridas pelos setores beneficiados, obedecendo calendários prévia e publicamente fixados, transparentes e sujeitos a controles rigorosos. Os incentivos têm de estar vinculados a programas de investimentos, à política anti-inflacionária e a um retorno social, em especial a geração de emprego. A busca de excedentes comerciais será de fundamental importância para um reequilíbrio de nossas contas externas.

[dívida externa]

60. A dívida externa - tanto a que foi securitizada na negociação de 94, como a decorrente do novo fluxo de empréstimos - é um obstáculo para uma política de crescimento acelerado e autônomo. Sua expansão é alarmante, não só no caso brasileiro, como em toda a América Latina. Os governos neoliberais, de Collor a FHC, duplicaram a dívida externa aumentando nossa vulnerabilidade e dependência do capital especulativo.

É de fundamental importância reabrir negocia-

ções para adequar o volume de pagamentos desses compromissos aos novos padrões de financiamento externo propostos, de modo a garantir que seus custos não venham a estrangular o desenvolvimento nacional.

A renegociação da dívida externa concertada com países que enfrentam situações semelhantes, ampliará significativamente o poder de barganha dos devedores.

A história do continente nos ensina que períodos de grande liquidez financeira internacional são seguidos de retração no crédito, deterioração das condições de financiamento e imensas dificuldades cambiais, como foi o caso da década de 80.

O país teve de recuperar imediatamente suas exportações e depender cada vez menos do capital especulativo e volátil internacional.

[desprivatização e democratização do Estado]

61. O Estado só poderá ser reformado se for **desprivatizado, democratizado e fortalecido**, o que só poderá ocorrer se ele for **socialmente controlado**. Somente assim ele poderá voltar-se para o atendimento das maiorias e assegurar seu papel de provedor de recursos e de regulador social e econômico, além de garantir uma política de preservação ambiental.

[as privatizações]

62. Para cumprir esse novo papel do Estado na economia nacional o novo governo porá fim ao programa de privatizações de empresas estatais estratégicas para o controle de nosso espaço econômico nacional, em especial as empresas de telecomunicações, de produção e distribuição de energia e de petróleo.

A ameaça de venda em retalhos das empresas desses sistemas terá conseqüências funestas para a necessária articulação e interligação desses serviços básicos de infraestrutura, além de perniciosas conseqüências sociais.

O novo Governo apurará todos os indícios de irregularidades que possam ter ocorrido em processos de privatização e adotará as medidas que cada caso indicar.

Ao mesmo tempo, impõe-se a reforma das estatais remanescentes, democratizando sua condução, através de contratos de gestão, dotando-as de estrutura administrativa e características tecnológicas que lhes permitam cumprirem seu papel e enfrentarem a competitividade. Essas empresas poderão associar-se a capitais privados, desde que sejam preservadas suas funções sociais e nacionais.

Para tanto é fundamental que sejam submetidas ao controle rigoroso do Executivo, do Congresso Nacional e de múltiplas instâncias da soci-

idade: trabalhadores, usuários, etc. .

[o reencontro com o desenvolvimento]

63. O Brasil deve reencontrar-se com a idéia de desenvolvimento. Para que esse desenvolvimento possa promover a justiça social e elevar os níveis de vida dos trabalhadores é necessário um programa capaz de articular coerentemente as vanguardas de economia com os setores mais atrasados, até mesmo com aqueles situados na "informalidade".

Essa tarefa na qual o Estado, democraticamente controlado, terá um papel central, exige a renovação da noção de planejamento.

Somente assim será possível formular estratégias nacionais de desenvolvimento em proveito das maiorias.

Isso supõe a adoção de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, e de um conjunto de medidas que favoreçam à pequena, média e micro empresas.

Deverá haver um estímulo e articulação de associações cooperativas, especialmente aquelas dedicadas ao fornecimento de bens e serviços aos governos federal, estaduais e municipais.

[políticas regionais]

64. Desenvolvimento sustentado que busca a inclusão social, implica na definição de políticas regionais. A nova estratégia de desenvolvimento não será uma soma de políticas regionais, mas tem de levar em conta a dimensão espacial da desigualdade em nosso país.

A adoção de políticas regionais - um ponto específico de nossa Plataforma - será acompanhada de uma série de políticas tópicas, capazes de atuar, no curto prazo, sobre situações regionais mais críticas.

Regiões tradicionalmente postergadas como o Nordeste e a Amazônia serão objeto de programas específicos. É importante destacar que a problemática dessas regiões será encarado pelo Governo Democrático e Popular não como questão particular de uma ou mais regiões mas como tema que interessa a todos e deve mobilizar conjunto do país.

[meio ambiente e desenvolvimento sustentado]

65. A perspectiva do desenvolvimento sustentável tem como objetivo central garantir às futuras gerações um meio ambiente saudável e os recursos naturais necessários à plenitude da vida.

A política ambiental será conduzida de forma democrática ampliando a participação da sociedade civil em instituições como o Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Para que se crie uma consciência ambientalista no país, a educação ambiental ocupará um lugar privilegiado no sistema educacional.

É necessário combater o uso predatório dos recursos naturais renováveis como florestas, águas e terras agricultáveis, fortalecendo o IBAMA.

Minimizar a contaminação do meio ambiente com substâncias tóxicas estimulando métodos de produção e padrões de consumo sustentáveis e estabelecendo um calendário de proibição progressiva do uso de substâncias tóxicas.

É preciso deter a destruição acelerada da bio-diversidade e dos ecossistemas tropicais em particular a preservação da floresta amazônica e do que resta da mata atlântica, incluindo propostas de moratória de cortes de madeiras nobres, excetuando-se as que tenham plano de manejo adequado e conforme às normas internacionais.

Para assegurar a política ambiental, a fiscalização rigorosa e punição dos infratores, o Ministério Público e a Justiça Federal deverão ser melhor especializados na questão ambiental.

O desenvolvimento de uma matriz energética à base de fontes renováveis e a definição de políticas de prevenção da contaminação do meio ambiente com substâncias tóxicas, bem como o desestímulo do uso de agrotóxicos e o incentivo à agricultura orgânica são dimensões fundamentais do projeto de desenvolvimento sustentável.

A política ambiental urbana, além das medidas anteriormente mencionadas de estímulo do transporte de massas e uso de combustíveis não-poluentes, exige um amplo programa de coleta seletiva de lixo, medidas fiscais de desestímulo à geração de lixo e de produtos cujos resíduos ameacem o meio ambiente.

[democratizar a economia]

66. O governo popular **democratizará a economia**, impondo controle às práticas monopólicas e oligopólicas e favorecendo a participação da sociedade, através de câmaras setoriais e outras formas de negociação na gestão econômica do país.

67. **RESUMINDO**, trata-se de construir uma economia solidária a partir da implementação de um novo modo de desenvolvimento, centrado na criação de um mercado de consumo de massa, com forte efeito irradiador sobre o conjunto da economia, inclusive sobre seus setores de vanguarda.

Isso permitirá a constituição de uma economia

de escala e a incorporação racional e socialmente controlada da inovação tecnológica.

APROFUNDAMENTO E RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA, EXTENSÃO DA CIDADANIA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ESTADO

68. A **radicalização da Democracia** e a construção da **República** são as idéias-força de nossa plataforma política. Elas significam que o povo brasileiro há de exercer o poder em todas as instâncias. Tudo o que se relacionar à nação brasileira dirá respeito a todos. A democracia se imporá ao mercado e todos deverão sentir-se parícpes da riqueza que esse país pode gerar.

O Estado há de ser **republicano**, coisa pública, e não, como hoje, instrumento de uns poucos que se se apropriam de suas instituições para manter e aumentar privilégios.

A democracia e a República devem ser entendidas como garantias permanentes contra as desigualdades, as injustiças e as exclusões de toda a espécie.

[garantir as liberdades no cotidiano]

69. A constituição de um Governo democrático e popular - expressão de um movimento de intensa politização da sociedade brasileira - há de mostrar a todos o potencial transformador da ação política, libertando homens e mulheres do sentimento de impotência e fatalismo.

Há que atacar todas as formas de opressão fundadas em distinção de classe, raça ou etnia, sexo ou orientação sexual, cultura.

O manto da **cidadania** deve ser um couraça que proteja homens e mulheres, sobretudo os humildes e oprimidos, de todas as formas de abuso dos poderes constituídos na sociedade.

O local de trabalho será um espaço de respeito à dignidade da pessoa humana. Não se pode combater o autoritarismo do Estado e admiti-lo no trabalho. O trabalhador é parte integrante da empresa e não pode ficar subjugado à sua propriedade, como se dela fosse um escravo.

[Justiça para garantir a cidadania]

70. A extensão da cidadania garante a todos os homens e mulheres os instrumentos práticos para que conheçam, reivindiquem e exerçam seus direitos. Ela supõe que as garantias próprias do Estado democrático de direito encontrem meios de seu pleno exercício. Para tanto deve-se:

* reforçar a Defensoria Pública, o Ministério Público e formas de assistência jurídica gratuita, mobilizando intensamente as Faculdades de Direito;

* difundir os juizados especiais previstos na

Constituição (art. 98-1) com processo simplificado e rito sumaríssimo para pequenas causas, delitos e infrações menores, questões de família, etc.

* implantar a Justiça Agrária itinerante, como prevê a Constituição (art. 126), exigindo-se a presença de juizes e promotores nos locais de conflito.

* reformular a Justiça do Trabalho, garantindo sua função de coibir os abusos das violações dos direitos dos trabalhadores. Estimular o contrato coletivo de trabalho.

* criação de instâncias estatais e não-estatais de proteção de todos os segmentos sociais discriminados por sua condição de gênero, etnia, idade, orientação sexual, opção religiosa ou ideológica, ser portador de deficiências e outros.

[direitos humanos e combate à violência]

71. A questão da violência urbana e rural, transformada em preocupação central de grande parte da população brasileira, exige uma reformulação radical das polícias brasileiras e do sistema penal que se transformou em fator de multiplicação da criminalidade. É importante desarmar os grupos paralelos que atuam nos campos e nas cidades, muitas vezes com notórias relações com os aparelhos policiais. Um golpe duro na criminalidade se dará na medida em que se puser fim efetivamente à impunidade.

Serão instituídos mecanismos expeditos de proteção dos direitos humanos, das vítimas da criminalidade e da violência policial. Especial atenção será dada para a proteção das testemunhas e, sobretudo, das crianças e adolescentes.

[direitos dos indígenas]

72. Na questão indígena deve-se assegurar a conclusão do processo de demarcação e a garantia da integridade das terras tradicionalmente por eles ocupadas.

A desburocratização da FUNAI permitirá uma política mais democrática e eficiente de preservação dos valores étnicos e culturais das nações indígenas.

[direitos trabalhistas]

73. Além dos direitos trabalhista mínimos, antes mencionados, e que a lei deverá ampliar, será incentivada a convenção coletiva de trabalho, que adotará contratos padrões, adaptáveis a cada setor, categoria ou conjuntura. Esse instrumento será estendido a todos os setores do funcionalismo público.

A defesa do emprego e de sua qualidade será um dos direitos mais caros do Governo Democrático e Popular, da mesma forma que uma política de elevação salarial, especialmente no que se refere ao salário mínimo para que ele se ajuste à

sua definição constitucional. A demissão imotivada será combatida, nos termos das convenções da OIT e a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, será um dos instrumentos de consecução de uma política de pleno emprego.

A democratização das relações de trabalho se inscreve como um direito fundamental a ser garantido. Como já foi dito, é necessário que a democracia ingresse também nos locais de trabalho.

[direitos do consumidor]

74. Deverão ser ampliados os direitos do consumidor através da multiplicação e fortalecimento dos PROCONS e da revitalização Justiça enarregada de apreciar crimes contra a economia popular.

[controle do Estado pela sociedade]

75. Para assegurar o caráter republicano do Estado brasileiro, é fundamental garantir a ampla participação da sociedade em suas decisões. Esses propósitos são alcançados através de

- * procedimentos permanentes de consulta da população, ou de setores dela, para definir políticas a serem seguida nacionalmente, regionalmente ou em ramos de atividade;

- * plebiscitos e referendos durante as eleições;
- * processo sumário para o julgamento de irregularidades administrativas;

- * participação social na feitura, execução e controle dos orçamentos;

- * difusão de formas de gestão pública não-estatal, através da participação de representantes da sociedade no planejamento, execução e controle de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento, cultura, transportes urbanos, etc.

- * gestão social e utilização de contratos de gestão nas empresas públicas e na execução de políticas públicas;

- * refundar os Tribunais de Contas, com maior difusão pública de seus atos.

- * controle social dos gastos públicos, através de comissões de caráter comunitário.

[reforma das instituições do Estado]

76. O Estado - socialmente controlado - deve igualmente ter suas instituições profundamente modificadas:

- * Reinstitutionalizar o presidencialismo, reconstruindo as relações do Executivo com o Legislativo. Disciplinar o uso de Medidas Provisórias para reais e efetivos motivos de urgência e relevante interesse público. Criar mecanismos de tramitação prioritária de projetos programáticos do Executivo e dos partidos políticos.

- * Justiça rápida e ao alcance de todos.

- * O poder judiciário há de ser autônomo e independente nas suas funções de julgar e de decidir. Como os poderes Executivo e Legislativo, o Judiciário há de prestar contas à sociedade a respeito de seu funcionamento e estar sujeito a mecanismos de controle. Seus orçamentos devem ser discutidos e prestadas contas de sua execução.

- * Reforma da Justiça criminal, capacitando-a para um combate mais efetivo do narcotráfico e do crime organizado em geral, bem como dos crimes de colarinho branco, contra o fisco, etc.

[reforma da administração]

77. Os serviços que o Estado dispensa à população são em geral de péssima qualidade. As filas que se acumulam nas repartições públicas são o retrato de um Estado arrogante, burocrático, autoritário e ineficaz.

Esse é um Estado que serve aos ricos.

O atual governo tenta lançar sobre as costas do funcionalismo as responsabilidades dessa situação de caos administrativo. Grande parte dos funcionários é composta de servidores públicos, competentes e dedicados a despeito da baixa remuneração e da escassa formação que lhes é dispensada.

A nova administração deve ser valorizada através de uma política de recrutamento por concursos públicos, planos de carreira e remuneração correspondente às relevantes funções desempenhadas.

O serviço público deve sofrer avaliação técnica periódica e estar subordinado a controle formado por usuários, dos gestores e dos servidores em distintos níveis, garantindo-se ao usuário, sempre que possível, o peso principal. Ampliar-se-á a participação da sociedade na elaboração de políticas públicas e de orçamentos.

[descentralizar a Federação]

78. É necessário redefinir a Federação sob a inspiração da descentralização política e da desconcentração administrativa. Para tanto será necessário:

- * Criar nova vida institucional nos municípios, onde se deve a participação mais intensa da sociedade nas decisões e nos controles das administrações. Responsabilização dos prefeitos e vereadores frente à população. Transparência e divulgação ampla da contas municipais e dos custos das obras e serviços.

- * Redefinir funções e representação institucional das prefeituras e das Câmaras de Vereadores de forma diferenciada para as pequenas cidades. Criar mecanismos de assembleias de cidadãos para municípios menores.

- * Conselhos Municipais não-remunerados para cidades de pequeno porte cujo presidente exer-

cerá funções executivas.

- * Conselhos Distritais não remunerados.

[reforma do processo eleitoral]

79. Para assegurar a democratização do sistema representativo propõe-se as seguintes medidas:

- * adoção efetiva, respeitada a representação paritária da Federação no Senado, do princípio "cada cidadão um voto".

- * financiamento público dos partidos e controle do poder econômico e das máquinas eleitorais nas eleições;

- * Controle, para que não haja abuso de conduta, dos meios de comunicação e das pesquisas eleitorais nas eleições.

[os meios de comunicação]

80. Não haverá democracia no país enquanto os meios de comunicação estiverem controlados por grandes monopólios mancomunados com o poder político de quem recebem concessões e favores

Uma legislação e regulamentos específicos devem democratizar o sistema de concessões de rádio e tv, assegurar o direito de palavra a partidos e organizações da sociedade civil, garantir o direito de resposta.

O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO E A NOSSA POLÍTICA EXTERNA

81. Nenhum país pode viver à margem do mundo. Caberá ao Governo Democrático e Popular identificar os constrangimentos que a atual (des)ordem internacional criou e, ao mesmo tempo, explorar as oportunidades que se abrem para forças sociais e políticas preocupadas com a construção de um projeto nacional fundado na noção de soberania.

Rejeitamos uma visão ideológica da "globalização" segundo a qual não há alternativa fora da abertura indiscriminada de nossa economia. Rejeitamos uma política econômica que subordina a estabilidade monetária à ancoragem cambial, tornando-nos reféns dos capitais especulativos internacionais.

Da mesma forma, combatemos um modelo de desenvolvimento baseado centralmente na poupança externa que nos impõe padrões de produção incompatíveis com nossa realidade social.

Por isso tudo, rejeitamos a idéia de que a era dos Estados-nacionais esteja superada e que devemos conformar-nos cada vez mais a renunciar cotas de nossa soberania.

82. Dentre os países em desenvolvimento industrial tardio o Brasil reúne raras condições de

sucesso para impulsionar um projeto nacional de desenvolvimento e garantir uma presença soberana no mundo nas novas condições do mercado internacional.

Possuímos vantagens extraordinárias por termos uma economia de dimensão continental, diversificada e com tecnologia relativamente desenvolvida, com infraestrutura importante, ainda que um pouco sucateada, um enorme mercado interno a ser expandido, uma operosa população economicamente ativa de 75 milhões de pessoas, uma grande diversidade de riquezas naturais, enormes extensões de terra agriculturáveis e clima especialmente favoráveis.

83. Os objetivos de nossa política externa devem ser a busca da paz e da democratização das relações internacionais.

Devemos ser contra as práticas hegemônicas e buscar uma integração internacional que diminua as desigualdades e reduza a concentração de riqueza. Esses objetivos exigem políticas ativas nas negociações internacionais e junto a organismos multinacionais como a ONU, FMI, Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, tendentes a estabelecer uma ordem econômica e politicamente menos assimétrica do que a atual, mais conforme aos objetivos da paz e justiça social.

84. O Governo Democrático e Popular manterá relações com todos os países do mundo, dan-

do ênfase nas relações sul-sul, especialmente com países da América Latina, Caribe e África, continente com o qual mantemos laços culturais e étnicos, na condição de segundo maior país de população negra do mundo.

Construiremos relações transparentes e soberanas com os grandes blocos econômicos e políticos e daremos particular atenção às relações com países que tenham, por seu peso econômico, populacional e político, uma certa similitude com o Brasil. É o caso das Índia, China, Rússia ou África do Sul, Estados com os quais deveremos explorar melhor políticas bilaterais e iniciativas comuns nas esferas multinacionais.

85. Nossa ação internacional privilegiará temas ambientais, tratando de tirar todas as consequências do acordado na Rio-92. Daremos ênfase igualmente na modificação das relações de trabalho internacional que tanta influência têm hoje no comércio mundial. Ao mesmo tempo impulsionaremos iniciativas para uma renegociação - pelo menos latinoamericana - da dívida externa e para afastar as ameaças decorrentes da desordem financeira internacional atual. Igual importância será dada ao tema dos direitos humanos nos marcos do aprovado na conferência de Viena.

86. A integração regional do Brasil pode ser um prolongamento de nosso projeto nacional. É o caso do Mercosul, desde que tenhamos a pos-

sibilidade de aprofundá-lo e corrigi-lo.

Devemos propor políticas ativas comuns - industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia que, junto com políticas sociais, sobretudo na esfera trabalhista, permitam ao Mercosul ganhar uma qualidade distinta e, em consequência, maior solidez.

É de fundamental importância que o intercâmbio se estenda aos domínios cultural e científico.

O Mercosul tem de avançar igualmente seu processo de unidade política e transferir suas decisões - hoje concentradas nos presidentes, diplomatas e funcionários das áreas econômicas - para os parlamentos e instâncias da sociedade civil.

É a partir dessa estratégia de integração que combatemos o atual projeto de criação de uma Área de Livre Comércio Latinoamericana (ALCA) como uma manobra hegemônica dos Estados Unidos contra o Mercosul e que busca isolar o Brasil dos demais países latinoamericanos.

Fiel a seu propósito de buscar construir uma nova ordem internacional de paz, a diplomacia brasileira, denunciará todas as políticas de ação extra-territorial impulsionadas pelo governo dos Estados Unidos, em especial a lei Helms-Burton, da mesma forma que situações de embargo e/ou bloqueio econômico.

Outubro, 1997.



**PARTIDO
DOS TRABALHADORES**

DIRETÓRIO NACIONAL

Rua Silveira Martins, 132 - São Paulo - SP
CEP 01019-000 - Tel.: (011) 604.6200

NOVO TELEFONE
(011) 233-1313